

Prefeitura já conhecia áreas inundáveis de Porto Alegre

Mapeamento da cidade foi feito em parceria com a Ufrgs em 1998

/ CLIMA

Fabrine Bartz

fabrineb@jcrs.com.br

Lançado ainda em 1998, o Atlas Ambiental de Porto Alegre, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), juntamente com a prefeitura da Capital, já apresentava, pelo menos, 18 áreas inundáveis na cidade. Destas, oito contam com o sistema de proteção e 10 não estão protegidas. As áreas alagáveis são de conhecimento público há mais de 20 anos.

O mapeamento do Atlas aponta que as regiões suscetíveis a cheias protegidas em Porto Alegre são: Cristal, Praia de Belas, Centro, Navegantes, Humaitá, Passo d'Areia, Sarandi e região do aeroporto. Estes locais são denominados de polder que, na explicação do professor e geólogo Rualdo Menegat, coordenador do Atlas, trata-se de um território limitado por diques internos e externos. Já como áreas inundáveis não protegidas, o mapa apresenta a Praia do Lami e Ipanema, as Pontas do Cego, Cuíca, e Dionísio, além das Região das Ilhas (Pintada, Flores, Lage e Marinheiros), e do Arroio Feijó, no limite com Alvorada.

Para inundações, o mapa considera o nível da água do Guaíba de seis metros, cota projetada ainda na década de 1950. A enchente deste ano chegou a 5,35 metros, no dia 5 de maio. "Considerando os níveis, o sistema de proteção teria funcionado plenamente, se



MARCO QUINTANA/ARQUIVO/JC

Manutenção das casas de bombas teria amenizado 70% das cheias

não fossem os problemas de manutenção", ressalta Menegat. Nas áreas consideradas protegidas, estão localizados os diques externos e internos, os polders e as casas de bombas.

Em 1998, quando o atlas foi elaborado, Porto Alegre contava com 18 casas de bomba. De lá para cá, houve um acréscimo de cinco unidades, totalizando 23. O Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), no entanto, não soube informar a data de criação e o bairro de cada uma. Considerando as ruas, a reportagem identificou que as últimas cinco casas de bomba foram instaladas nos bairros Santana, Sarandi, São João e Cristal.

As Estações de Bombeamento de Águas Pluviais (Ebaps) são responsáveis por retirar a água das ruas, escoando para o Guaíba. O acréscimo das cinco bombas ocorreu com objetivo de melhorar a vazão da água. Mesmo assim, segundo Menegat, as áreas inundáveis seriam as mesmas,

sem alterações.

O sistema de proteção, além das casas de bomba e dos diques, conta com o Muro da Mauá (cortina de proteção). "O sistema de Porto Alegre tem vários condutos forçados. Eles drenam a água da chuva, o que diminui a quantidade de água nas Ebaps", explica Menegat. Galerias, canais, bacias de retenção e o curso d'água também complementam o sistema.

No percurso natural da chuva, a água passa pelo processo de evapotranspiração, o escoamento superficial, a infiltração superficial e a infiltração profunda.

A urbanização e a densidade das edificações do município alteram o volume da água que percorre cada um desses caminhos. Este fator contribui para que o impacto das enchentes anteriores na Capital seja diferente, na comparação com este ano. Porém, segundo Menegat, "se o sistema de proteção tivesse funcionado, 70% do impacto teria sido amainado".

Lagoa dos Patos recua e rio-grandinos voltam para casa

Gabriel Margonar

gabrielm@jcrs.com.br

O trágico mês de maio já começou a ficar pra trás também na Zona Sul do Estado. Em Rio Grande, o nível da Lagoa dos Patos, mesmo com pequenas variações ao longo do dia, já parece cada vez mais estabilizada abaixo da cota de inundações, de 2 m. Nesta quinta-feira, o estuário amanheceu com 1,76 m no Cais do CCMar e a Defesa Civil do município emitiu uma liberação permitindo que moradores de algumas áreas con-

sideradas de risco voltassem às suas residências.

Residências nos bairros Navegantes, Lar Gaúcho, Salgado Filho e Centro, além de vilas e ruas da cidade, passaram por uma vistoria técnica presencial e foram consideradas seguras pela administração pública. Porém, segundo o prefeito de Rio Grande, Fábio Branco, deve levar entre 10 e 15 dias para que um princípio de normalidade seja retomado na cidade.

"Ainda há pontos de alagamento que nos preocupam, mas já estamos em uma situação mui-

to melhor do que em semanas anteriores. A água baixou bastante e espera-se que isso siga ocorrendo nos próximos dias. Estimamos que, em 10 ou 15 dias, a Lagoa recue consideravelmente e já não tenhamos mais nenhum alagamento em Rio Grande", explica.

Entre as áreas que seguem afetadas pelas enchentes, destaca-se a situação das Ilhas, que permanecem com todos os acessos interrompidos para veículos terrestres. Ainda, quatro escolas e dois postos de saúde não retomaram às operações na região.

Dificuldade de deslocamento afeta trabalhadores gaúchos

Maria Amélia Vargas

mavargas@jcrs.com.br

Muitos gaúchos ainda seguem com dificuldade de deslocamentos para o seu local de trabalho em função das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul. Apesar disso, até esta quinta-feira, o Ministério Público do Trabalho no RS (MPT-RS) já contabiliza 220 denúncias sobre questões conexas aos efeitos das cheias. Dessas, 184 referem-se à Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se situam alguns dos municípios mais afetados pela tragédia climática.

Um dos principais meios de transporte entre a Capital e estas cidades, a Trensurb retoma aos poucos a sua funcionalidade. De forma emergencial, dois trens começaram a circular no trecho entre as estações Mathias Velho e Novo Hamburgo na última segunda-feira. Isso significa uma abrangência de 13 estações - Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo -, em um trajeto de 26 quilômetros, com capacidade para atender cerca de 30 mil passageiros por dia. Em condições normais, são transportados aproximadamente 110 mil passageiros nos dias úteis.

Apesar disso, duas das cinco subestações de energia da Trensurb entre Canoas e Porto Alegre seguem inoperantes por terem sido alagadas e necessitam de avaliações e reparos, ainda sem previsão de execução. Outra questão, segundo a empresa, é a recuperação de trechos da via férrea que ficaram alagados por vários dias e necessitam de revitalização do

lastro dos trilhos - formado sobretudo por brita e dormentes.

Para preservar os direitos e o emprego deste contingente, órgãos e entidades estão se mobilizando em diversas frentes. A pedido do MPT-RS e da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), a Defesa Civil criou um atestado para os trabalhadores formalizem a sua situação. Os documentos são vinculados ao CEP do requerente e podem conter informações sobre a impossibilidade de deslocamento para quem trabalha em cidade diferente de onde reside.

Entre as categorias mais atingidas pela falta de mobilidade, a dos professores representa bem este cenário. "Deste lado, os professores e funcionários, assim como os alunos, também tiveram perdas e traumas emocionais. Sendo assim, a secretária de Educação do Estado afirmou que vai manter o calendário escolar, garantindo férias. Aqueles alunos que não conseguiram vencer o conteúdo, receberão esses conteúdos em fevereiro, antes de voltarem as aulas normais", relata a presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Rio Grande do Sul (Cpers), Helenir Aguiar Schürer.

Do lado patronal, as entidades sindicais empresariais do comércio e o Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre adotaram regras específicas para este caso. Segundo o advogado Flávio Obino Filho, do Sindilojas Porto Alegre, o acordo prevê, entre outras condições, trabalho extraordinário além do limite legal, banco de horas especial e antecipação de férias.



TÂNIA MEINERZ/JC

Retomada do Trensurb pode auxiliar no retorno dos empregados